

Diogo Faria* e André Filipe Oliveira da Silva**

O ensino da História Medieval na Universidade do Porto (1963-1978). Continuidades e ruturas entre o Estado Novo e a democracia

R E S U M O | Neste artigo é analisada a evolução do ensino da história medieval na Universidade do Porto desde o momento em que a sua Faculdade de Letras foi (re)fundada até à reforma dos planos de estudos de 1978. Com base, fundamentalmente, nos cadernos de sumários e livros de termos produzidos entre 1963 e 1978, procurou-se identificar e conhecer: as disciplinas que eram dedicadas à história da Idade Média; o seu enquadramento nos planos de estudos; os conteúdos que eram lecionados; a forma como funcionavam as aulas e como se processava a avaliação; a evolução do corpo docente. No final, procurou-se explicar as transformações ocorridas no ensino da Idade Média na FLUP entre 1963 e 1978 tendo em conta as vicissitudes de uma faculdade que dava os primeiros passos e os contextos políticos que têm no 25 de abril um momento fundamental.
Palavras-chave: ensino; história medieval; Universidade do Porto.

A B S T R A C T | This article analyzes the evolution of the teaching of medieval history at the University of Porto, from the time that the Faculty of Arts was (re)founded until the 1978 curriculum reform. Using essentially the books of summaries and evaluation records produced between 1963 and 1978, the goal was identify and know: what disciplines were dedicated to the Middle Ages history; the way they were inserted in the curriculum; the subjects taught; how classes worked and how was made the evaluation; the evolution of Professors group. Finally, the transformations occurred between 1963 and 1978 were analysed taking into account the difficulties of a faculty giving the first steps and the political contexts after the Carnation Revolution, on 25 April, 1974.
Keywords: teaching; medieval history; University of Porto.

O objetivo geral deste trabalho é conhecer a história medieval que era ensinada aos estudantes da Universidade do Porto entre 1963 e 1978. Em concreto, pretendemos verificar como se enquadrava esta área de estudo nos currículos da licenciatura em *História*, examinar os programas das disciplinas e os conteúdos que eram lecionados, avançar informações sobre os métodos de ensino e avaliação e analisar a evolução do corpo docente associado a estas cadeiras¹. Terminamos com uma reflexão sobre as ruturas e as permanências que se verificaram no ensino

* Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (U. Porto) e do Instituto de Estudos Medievais (U. Nova de Lisboa).

** Mestrando em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ João Gouveia Monteiro publicou recentemente um estudo sobre o ensino da história medieval na Faculdade de Letras de Coimbra. Ainda que esse trabalho se debruce apenas sobre a história medieval europeia, abrange uma cronologia mais lata (1945-2011). Cf. João Gouveia Monteiro, "O Ensino da História da Idade Média Europeia na Faculdade de Letras de Coimbra (1945-2011) e no Portugal de hoje", *Revista Portuguesa de História* (nº 42, 2011), 313-345.

da história medieval na sequência do 25 de abril e da transição para a democracia.

A cronologia deste estudo é facilmente justificável. Começamos com o ano letivo de 1963/1964, o primeiro em que funcionaram cadeiras de história medieval na segunda Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)², que arrancara com os cursos de *História, Filosofia e Ciências Pedagógicas*. A nossa análise percorre os últimos 11 anos do Estado Novo, o 25 de Abril, o PREC e acaba por deter-se em 1978, ano em que entrou em vigor um novo plano de estudos da licenciatura em *História*, elaborado no âmbito de uma reforma protagonizada pelo ministro Sottomayor Cardia.

Os cadernos de sumários e os livros de termos das disciplinas de história medieval são as fontes fundamentais deste trabalho. Utilizamos estes documentos, preservados no Arquivo Central da FLUP, tendo presentes determinados condicionalismos: as informações contidas nos sumários variam bastante em função das disciplinas e dos docentes; por vezes, o que é anotado pelo professor não é suficiente para que saibamos de que forma decorreram certas aulas³ e, mesmo quando a informação é mais abundante, não podemos assegurar que as aulas foram exatamente aquilo que os sumários dizem que foram⁴; os livros de termos permitem-nos conhecer os alunos que foram avaliados e as respetivas classificações, mas não o número total de estudantes inscritos nas disciplinas⁵.

1. A história medieval nos planos de estudos⁶

A segunda FLUP foi fundada em 1961 e entrou em funcionamento no ano letivo de 1962/1963⁷. Por essa altura, encontrava-se em vigor nos três cursos de História do país (Coimbra, Lisboa e Porto) o plano curricular estabelecido pela lei orgânica das Faculdades de Letras promovida pelo ministro Leite Pinto em 1957⁸. Entre as principais novidades dessa reforma encontram-se a autonomização da *História* e da *Filosofia* em licenciaturas distintas e a introdução de um seminário de investigação no último ano do curso, onde eram preparadas as dissertações de licenciatura. Era no terceiro ano que os estudantes recebiam o grosso da sua formação em história medieval, altura em que frequentavam as disciplinas de *História da Idade*

² Apesar de a FLUP ter entrado em funcionamento em 1962/1963, as cadeiras de história da Idade Média apenas eram lecionadas no segundo ano da Licenciatura em *Filosofia* e no terceiro da Licenciatura em *História*, o que justifica que a cronologia deste trabalho tenha como ponto de partida o ano letivo de 1963/1964 (ou seja, o segundo de funcionamento da FLUP), e não o de 1962.

³ Por exemplo, todos os sumários das aulas práticas de *História de Portugal I* de 1971/1972, lecionadas por José Vieira de Carvalho, são iguais: "Orientação de trabalhos práticos". Facilmente se constata que esta formulação não nos permite avançar muito sobre o funcionamento dessas aulas... Cf. Arquivo Central da FLUP (ACFLUP), *Sumários da Licenciatura em História*, História de Portugal I [1965-1973].

⁴ Não temos a certeza absoluta se os sumários eram registados à medida que as aulas eram dadas. É possível que isso variasse de professor para professor. A repetição quase *ipsis verbis* dos sumários de algumas disciplinas ao longo de vários anos letivos permite constatar que alguns docentes tinham um elenco de sumários que repetiam sempre. Nada nos garante que a esse esquema fixo de sumários correspondesse uma prática letiva também fixa e reproduzida sem alterações em todos os anos letivos.

⁵ Alguns dos aspetos menos claros e das omissões em que estas fontes são ricas foram ultrapassados graças a informações fornecidas por Armando Luís de Carvalho Homem (estudante da licenciatura em *História* da FLUP entre 1968 e 1973 e docente de história medieval na mesma casa desde 1973) e Maria Alice Azevedo Castro (estudante da licenciatura em *História* da FLUP entre 1965 e 1970), a quem agradecemos reconhecidamente.

⁶ Para além dos diplomas normativos, seguimos: Luís Reis Torgal, "O ensino da História", in *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica*, Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga (Lisboa: Temas e Debates, 1998), 85-152, *maxime* 146-149; Regina Telo Padrão, "A História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1962-1974): ensino e investigação" (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 2004), 9-14.

⁷ Sobre a história da Faculdade de Letras do Porto e, particularmente, sobre a evolução do seu corpo docente, cf., por todos: Armando Luís de Carvalho Homem, "Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1919-1931 e 1962 ss.", *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo* (disponível em http://dichp.bnportugal.pt/instituicoes/instituicoes_flup.htm - consultado em 20/01/2014).

⁸ Decreto-Lei n.º 41/341, de 30 de outubro. Diário do Governo, I série, pp. 1030-140.

Média, História da Cultura Medieval e História de Portugal P. Para além destas cadeiras, existiam outras que, não sendo estritamente dedicadas ao estudo da Idade Média, acabavam por integrar conteúdos enquadráveis no âmbito dos estudos medievais, como a *História da Cultura Portuguesa*, a *História da Expansão Portuguesa* e a *História de Portugal II*. Finalmente, neste currículo tinham um peso significativo as unidades curriculares dedicadas às então designadas ‘ciências auxiliares da História’, como a *Paleografia e Diplomática*, a *Numismática* e a *Epigrafia*, onde eram desenvolvidas competências importantes para a investigação em história medieval.

Era ministro da Educação Nacional José Hermano Saraiva quando a necessidade de formar mais rapidamente professores para os liceus conduziu a uma reforma dos planos de estudos das Faculdades de Letras¹⁰. Criados em 1968 os bacharelatos, procurou-se concentrar nos primeiros anos dos cursos as cadeiras que eram consideradas fundamentais. Na sequência disso, as disciplinas de *História da Idade Média*, *História da Cultura Medieval* e *História Medieval de Portugal* (nova designação da *História de Portugal I*) passaram do terceiro para o segundo ano. O impacto desta reforma no que toca ao ensino da história medieval é praticamente nulo, na medida em que se limita a mudar unidades curriculares de um ano para outro e a ajustar uma denominação.

É muito mais complicado abordar a configuração dos cursos de História após o 25 de abril. O ano da revolução marca o fim da uniformização dos currículos a nível nacional, substituídos por auto-reformas de elevado teor marxista¹¹. As licenciaturas continuavam a ser estruturadas em dois ciclos distintos: o bacharelato, correspondente aos três primeiros anos; e a pré-especialização, uma novidade que surgiu com a mudança de regime, que abrangia os 4º e 5º anos e incluía um seminário bienal e seis cadeiras. Na FLUP, uma das pré-especializações era dedicada ao estudo da Idade Média, e dela faziam parte disciplinas como: *Economias e Sociedades do Mundo Medieval*, *História Peninsular Medieval*, *História dos Movimentos Sociais na Idade Média*, *História da Cultura Portuguesa Medieval*, *Paleografia Medieval*, *Instituições Medievais* e *História do Pensamento Político da Idade Média* (estas duas últimas nunca chegaram a funcionar efetivamente)¹². Integram a formação geral ministrada nos três primeiros anos da licenciatura as cadeiras obrigatórias de *História da Idade Média Geral*³ e *História Medieval de Portugal*. Em suma, comparando com a orgânica curricular dos tempos do Estado Novo, verifica-se que nos primeiros anos após abril a Idade Média perdeu peso na formação geral e obrigatória (devido à supressão da cadeira de *História da Cultura Medieval*), tendo no entanto aumentado consideravelmente a possibilidade de os estudantes aprofundarem conhecimentos nesta área (graças à introdução da pré-especialização).

2. As disciplinas e os seus conteúdos (1963-1974)

A cadeira de *História da Idade Média* foi lecionada por diversos professores entre 1964 e 1974: Sérgio da Silva Pinto (aulas teóricas de 1964/1965 a 1968/1969), Luís António de Oliveira Ramos (aulas práticas em 1964/1965 e parte de 1965/1966), Carlos Santos Cardoso (aulas práticas de parte de 1965/1966 e de 1966/1967 e 1967/1968), Luís Adão da Fonseca

⁹ Como já foi referido, estas duas últimas cadeiras também integravam o plano de estudos do curso de *Filosofia*, mas no segundo ano.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 48/627, de 12 de outubro. Diário do Governo, I série, pp. 1553-1556.

¹¹ O simples elenco de algumas das disciplinas então criadas dá conta disso. Em Coimbra, por exemplo, surgiram as cadeiras: *História das Sociedades Escravagistas*, *História do Pré-Capitalismo e do Capitalismo Comercial*, *História do Capitalismo Industrial e da Gênese do Socialismo* e *História do Capitalismo Monopolista e do Socialismo*. No Porto, também encontramos exemplos de unidades curriculares como: *História dos Movimentos Revindicativos*, *História do Mundo Agrário e do Campesinato na Época Moderna*, *História do Movimento Operário Português* e *História das Origens do Capitalismo*. Cf. Luís Reis Torgal, “O ensino da História...”, 148, e livros de sumários preservados no ACFLUP.

¹² Armando Luís de Carvalho Homem, “A Idade Média nas Universidades Portuguesas (1911-1987): legislação, ensino, investigação”, *Revista da Faculdade de Letras - História* (II série, vol. X, 1993), 351-361, *maxime* 354.

¹³ Dividida em *História da Idade Média I* e *História da Idade Média II* apenas no ano letivo de 1975/1976.

(aulas práticas de 1968/1969 e aulas teóricas e práticas de 1969/1970 a 1972/1973) e Eugénio dos Santos (aulas teóricas e práticas em 1973/1974).

Nos anos da regência de Sérgio da Silva Pinto, o programa incidia sobretudo sobre as problemáticas em torno das invasões bárbaras, da queda do Império Romano e do surgimento dos reinos germânicos. A matéria quedava-se pelo advento do Islão, ficando por estudar todo o período entre os séculos VIII e XV. Nas aulas práticas, a matéria teórica era consolidada através da análise de fontes primárias, destacando-se a *Germânia* de Tácito. Ainda que não abundem as referências bibliográficas que suportavam este programa bastante limitado cronologicamente, nos sumários encontram-se referências a obras de autores como Geoffrey Barraclough, Jean Daniélou, Ferdinand Lot e Henri Pirenne.

Com Luís Adão da Fonseca opera-se uma transformação profunda do programa, cuja cronologia se alarga consideravelmente, abrangendo o longo período compreendido entre a queda de Roma e o século XV. O elenco das matérias revela uma equilibrada distribuição de temas de história política, económica e social, destacando-se as abordagens a assuntos como as origens do feudalismo, a dinâmica económica e urbana pós-Ano Mil e as mutações sociais da Europa medieval. Na bibliografia da cadeira abundam as referências a autores franceses e a obras de orientação eminentemente económica e social. Os principais historiadores citados são: Marc Bloch, Robert Boutruche, P. Courcelle, Georges Duby, François-Louis Ganshof, J. Bernard Hogg e Henri Pirenne.

Finalmente, o programa de Eugénio dos Santos privilegiava a abordagem de assuntos de história da Alta Idade Média, como a constituição dos reinos germânicos e a construção da Europa carolíngia. Para além disso, houve nove aulas dedicadas à análise das origens e evolução do feudalismo. Na bibliografia, para além de autores citados em anos anteriores, destaca-se a referência ao historiador espanhol J. A. Garcia de Cortazar¹⁴.

Entre 1963 e 1974 a *História da Cultura Medieval* foi sucessivamente lecionada por António Cruz (1963/1964 e 1964/1965¹⁵), Cândida Pacheco (1965/1966 a 1969/1970), Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1970/1971), Aurélio de Oliveira (1971/1972 e 1972/1973) e João Sulpício Pereira de Freitas (1973/1974).

A estrutura dos programas variou em função dos docentes. Apesar disso, é possível enumerar conteúdos que eram abordados, com maior ou menor desenvolvimento, em quase todos os anos letivos: o conceito de Idade Média, a obra de Santo Agostinho, as origens e desenvolvimento do monaquismo europeu, o renascimento carolíngio e a fundação das universidades. Para além destes, havia assuntos específicos que só eram lecionados por alguns dos docentes.

António Cruz dedicou quatro aulas em 63/64 e duas em 64/65 à história dos *scriptoria* e do livro na Idade Média, matérias indissociáveis da sua experiência investigativa. O primeiro doutor pela nova FLUP prestava ainda uma particular atenção às experiências monásticas ibéricas.

O programa de Cândida Pacheco, nos cinco anos em que foi responsável por esta cadeira, incluía abordagens à importância das matrizes greco-latina, cristã, celto-germana-escandinava, bizantina e árabe na evolução cultural do Ocidente europeu. O mundo feudal também era objeto de atenção, tratando-se aspetos como o desenvolvimento de espírito de cruzada, a fundação das ordens militares e a identidade social da cavalaria, assuntos complementados com o estudo da canção de gesta. Em 1968/1969 houve uma aula dedicada ao papel da mulher na sociedade feudal.

¹⁴ Todas as considerações sobre o funcionamento da cadeira de *História da Idade Média* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História*, História da Idade Média [1965-1973] e História da Idade Média [1973/1974].

¹⁵ Neste ano letivo as aulas práticas foram asseguradas por Flório de Vasconcelos.

O curso lecionado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida incluía uma componente considerável de *história das mentalidades*, que suplementava o estudo das matérias mais presentes nos anos letivos anteriores. Nesse sentido, foram dadas aulas sobre “mentalidades, sociabilidades e atitudes nos séculos XII e XIII”, “projeção artística das mentalidades” e “mentalidade religiosa e laicização da sociedade”. As aulas práticas eram frequentemente dedicadas ao estudo da arte medieval. Os sumários elaborados por este docente permitem-nos conhecer a bibliografia fundamental da cadeira, na qual se incluíam várias obras, algumas à data muito recentes, de grandes historiadores franceses como Georges Duby, Jacques Le Goff e Henri-Irénée e Marrou.

Nas aulas de Aurélio de Oliveira eram tratados os assuntos mais ‘clássicos’ da cadeira, destacando-se como novidade a abordagem ao despertar dos nacionalismos na Idade Média. Finalmente, a escassez de sumários relativos ao ano letivo de 1973/1974 não nos permite detetar novidades no programa de João Sulpício de Freitas, para além do facto de a obra *Histoire Intellectuelle de l’Occident Médiéval*, de Jacques Paul, ser apontada como de leitura fundamental¹⁶.

Os docentes de *História de Portugal I*¹⁷ entre 1963/1964 e 1973/1974 foram António Cruz (1963/1964 e parte de 1964/1965), Sérgio da Silva Pinto (1965/1966 a 1968/1969), Carlos Santos Cardoso (1965/1966), José Vieira de Carvalho (1966/1967 a 1972/1973) e Aurélio de Oliveira (1973/1974).

O programa desta cadeira iniciava-se com a abordagem de aspetos da Pré e Proto-História do território português. Assuntos como a romanização, a história do reino dos Suevos e a evolução política do Condado Portucalense até ao governo de D. Teresa integravam as matérias lecionadas por todos os docentes. Quanto ao resto, há diferenças assinaláveis entre o programa regido por António Cruz e o que foi desenvolvido por Sérgio da Silva Pinto e, em linhas gerais, continuado por Vieira de Carvalho¹⁸.

A *História Medieval de Portugal* de António Cruz valorizava o estudo do reinado de Afonso Henriques, sendo tratadas questões como o nascimento do primeiro rei português, a batalha de S. Mamede, a política externa do *Conquistador* e a sua intitulação. Para além disso, este professor dedicava várias aulas à análise de aspetos da história política medieval portuguesa, como a origem e desenvolvimento do poder régio e das Cortes e a evolução dos regimes senhorial e municipal do reino, dando particular ênfase à questão da classificação dos concelhos. Não sendo abundantes as indicações bibliográficas, nos sumários são citados autores como Gama Barros, Carl Erdmann, Alexandre Herculano, David Lopes, Miguel de Oliveira, Claudio Sánchez-Albornoz, e Torquato Sousa Soares.

O magistério de Sérgio da Silva Pinto em *História de Portugal I* é marcado pelo elevado número de aulas dedicadas à história política do território onde viria a surgir Portugal, desde a romanização até ao tempo de D. Teresa, e à excessiva valorização de aspetos como os “fatores de individualização da terra portucalense”. Atingido o momento da tomada do poder por Afonso Henriques, eram dadas algumas aulas sobre a política externa do reino até ao reinado de D. Dinis. Os sumários registam que pontualmente foram abordados assuntos como o problema da existência ou não de feudalismo em Portugal (duas aulas em 1966/1967) e a organização interna do reino e a sua estrutura socioeconómica (uma aula em 1967/1968). Para além dos autores

¹⁶ Todas as considerações sobre o funcionamento da cadeira de *História da Cultura Medieval* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História*, História da Cultura Medieval [1963-1973] e História da Cultura Medieval [1973].

¹⁷ Designada *História Medieval de Portugal* na sequência da reforma de José Hermano Saraiva de 1968.

¹⁸ É difícil avaliar o papel desempenhado por Aurélio de Oliveira na leção desta cadeira, dado que não se preservaram os sumários das suas aulas teóricas de *História Medieval de Portugal*. As escassas informações disponíveis nos sumários das aulas práticas levam a supor que não terá alterado substancialmente o elenco das matérias que vinham sendo abordadas desde os anos anteriores. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História*, História Medieval de Portugal e História Medieval de Portugal e da Península Ibérica [1974-1975].

que eram estudados quando António Cruz regia a cadeira, surgem nos sumários (normalmente das aulas práticas) referências a trabalhos de Marcello Caetano, Jaime Cortesão, Avelino de Jesus Costa, Damião Peres, Virgínia Rau, Orlando Ribeiro, Charles Verlinden e Luis Garcia de Valdeavellano¹⁹.

Para além destas disciplinas integralmente dedicadas à história medieval, os estudantes que frequentaram a licenciatura em *História* da FLUP entre 1963 e 1974 tiveram contacto com a Idade Média, de forma menos profunda, noutras cadeiras, como *História de Portugal II*, *História da Expansão Portuguesa* e *História da Cultura Portuguesa*. A componente medieval desta última disciplina foi particularmente acentuada nos anos letivos de 1969/1970 a 1972/1973, quando foi lecionada por Luís Adão da Fonseca²⁰. Entre os assuntos tratados contavam-se o ensino episcopal, monacal e universitário do Portugal medieval, a cronística do século XV e a literatura produzida pelos membros da família de Avis²¹. Note-se, finalmente, que também as cadeiras das então designadas ‘ciências auxiliares da História’, com destaque para a *Paleografia e Diplomática* e a *Numismática*, integravam conteúdos relacionados com a história medieval.

3. As disciplinas e os seus conteúdos (1974-1978)

Após 1974 e até 1978, a cadeira de *História da Idade Média* teve diferentes designações²², mas foi sempre lecionada pelo mesmo docente: o jovem assistente Armando Luís de Carvalho Homem, que apenas no ano de 1974/1975 partilhou as tarefas letivas com José Vieira de Carvalho (até 11 de março de 1975) e Humberto Baquero Moreno.

Os sumários demonstram que ao longo destes anos se foi estruturando um programa que tendeu a ser cada vez mais abrangente cronologicamente e a valorizar especialmente a história económica do Ocidente medieval. Em 1974/1975, a matéria inicia-se com a abordagem da crise do Império Romano a partir do século III e prolonga-se até à época da formação do Império Carolíngio. Entre os assuntos tratados, destaca-se o elevado número de aulas dedicadas à economia ocidental dos séculos V a X, perspectivada a partir de linhas de força como a evolução do mundo rural, o desenvolvimento urbano, o comércio internacional e a circulação monetária. De 1974/1975 a 1977/1978 o programa tende a aproximar-se dos séculos finais da Idade Média, sendo várias aulas dedicadas ao “Ocidente em expansão” dos séculos XI a XIII, à simultânea evolução dos laços feudo-vassálicos e à situação social de princípios do século XIV. A bibliografia que suportava o estudo da *História da Idade Média* era extensa e composta essencialmente por trabalhos de autores francófonos, muitos deles, à data, bastante recentes. Entre as obras mais citadas encontram-se títulos de: Marc Bloch, Robert Boutruche, Georges Duby, Robert Fossier, Guy Fourquin, François-Louis Ganshof, Maurice Lombard, Ferdinand Lot, Régine Pernoud e Pierre Riché²³.

Os registos de sumários da disciplina de *História Medieval de Portugal*, após o 25 de abril e até 1978, dizem respeito a apenas dois anos letivos: em 1974/1975, funcionou a cadeira semestral de *História Medieval de Portugal e da Península Ibérica*, tendo como docentes Aurélio de Oliveira

¹⁹ Todas as considerações sobre o funcionamento da cadeira de *História de Portugal I* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História de Portugal I* [1963-1973].

²⁰ No primeiro destes anos em conjunto com António Cruz.

²¹ Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História da Cultura Portuguesa* [1964/1973].

²² Tais como *História da Idade Média* (1974/1975), *História da Idade Média I* e *História da Idade Média II* (1975/1976) e *História da Idade Média Geral* (1976/1977 e 1977/1978).

²³ Todas as considerações sobre o funcionamento das cadeiras de *História da Idade Média* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História da Idade Média* [1974-1976], *História da Idade Média II* e *História da Idade Média Geral* [1975-1977] e *História da Idade Média Geral* [1977/1978].

e José Marques; em 1977/1978, a unidade curricular era anual e designava-se *História Medieval de Portugal*, sendo regida por Humberto Baquero Moreno, assistido por José Marques²⁴.

Em 1974/1975, o programa desta disciplina já era significativamente diferente do que era lecionado antes do 25 de abril: era mais abrangente cronologicamente (chegava ao final do século XIV) e, apesar de não descurar o estudo da história política, revelava uma maior valorização das histórias económica, social e cultural. Os pontos fundamentais do programa eram: “o quadro geográfico e cultural”, “papel e importância dos povos invasores”, “papel da Reconquista na formação dos estados peninsulares”, “o território, a população, as atividades [económicas]”, “a crise nacional do fim do século XIV” e “alguns aspetos da centralização do poder”. Neste ano letivo, o funcionamento da disciplina foi muito diferente de tempos anteriores, sendo valorizada a participação dos estudantes nas aulas e a apresentação de trabalhos práticos sobre temas muito diversos²⁵.

A *História Medieval de Portugal* de 1977/1978 revela-nos, porventura, o programa mais equilibrado cronológica e tematicamente. O ano letivo iniciou-se com seis aulas dedicadas à apresentação de diversas teses sobre as origens de Portugal. Seguiu-se a abordagem à evolução política do Condado Portucalense desde a sua fundação até ao reconhecimento internacional do reino de Portugal. A partir daí, os sumários dão-nos conta de que, normalmente, em cada aula era tratado um tema diferente enquadrado num de dois grandes blocos: a história política e institucional e a história económica e social do reino nos séculos XII a XV. No primeiro bloco, incluem-se as aulas sobre a estrutura e os cargos da administração central, o poder concelhio e as Cortes. Do segundo fazem parte as sessões onde se abordou o povoamento do reino, a exploração da terra, a estrutura da sociedade, a população, as consequências da peste negra e a evolução monetária na Idade Média portuguesa. Também houve aulas, ainda que em menor número, onde eram analisadas conjunturas concretas, como a crise dinástica de 1383-1385 e a batalha de Alfarrobeira. O elenco de autores e de títulos mencionados na bibliografia é extenso e diversificado, resultando em algum equilíbrio entre historiadores de gerações e perfis distintos. Entre eles encontram-se, por exemplo: Salvador Dias Arnaut, Jaime Cortesão, Maria José Pimenta Ferro, A. H. de Oliveira Marques, Paulo Merêa, Humberto Baquero Moreno, Damião Peres, António Sérgio, Joaquim Veríssimo Serrão e Torquato Sousa Soares²⁶.

No mesmo ano letivo, no âmbito da especialização em *História Medieval*, funcionaram três cadeiras sobre as quais não há notícias para outros anos: *História da Cultura Portuguesa Medieval*, *História Peninsular Medieval* e *Movimentos Sociais na Idade Média*.

A *História da Cultura Portuguesa Medieval* foi lecionada por Armindo de Sousa. O programa iniciou-se com uma série de aulas introdutórias onde, para além de se apresentar a bibliografia da cadeira, foram largamente discutidos os conceitos de cultura e civilização. No âmbito da cultura medieval portuguesa, foi ao lirismo galego-português que foram dedicadas mais aulas (20). Para além disso, foram tratados assuntos como a fundação e evolução do Estudo Geral português, a literatura produzida no mosteiro de Alcobaça e a prosa moralística do rei D. Duarte²⁷.

A cadeira de *História Peninsular Medieval* esteve a cargo de Humberto Baquero Moreno e de

²⁴ Existe, contudo, um livro de termos desta cadeira relativo a 1976/1977.

²⁵ As inovações pedagógicas deste ano letivo são abordadas com maior desenvolvimento no ponto seguinte deste trabalho. Entre os temas dos trabalhos elaborados pelos alunos, entre outros, encontravam-se: “aspetos do desenvolvimento urbano de Portugal durante a Idade Média”, “aspetos da cultura popular na Idade Média portuguesa”, “a questão dos cereais durante a Idade Média”, “a indústria em Portugal no período medieval”, “os judeus em Portugal no século XIV” e “conflitos sociais durante a Idade Média”.

²⁶ Todas as considerações sobre o funcionamento das cadeiras de *História Medieval de Portugal* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Medieval de Portugal e História Medieval de Portugal e da Península Ibérica* [1974/1975] e *História Medieval de Portugal* [1977/1978].

²⁷ Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História da Cultura Portuguesa Medieval* [1977/1978].

Henrique David. A matéria iniciou-se com a abordagem aos efeitos das invasões germânicas na Península Ibérica e conseqüente formação de novas entidades políticas. A partir daí, a evolução política peninsular dos séculos seguintes foi estudada em paralelo com a análise da organização económica e social da Hispânia, tal como das manifestações artísticas que aí se desenvolveram.

A disciplina de *Movimentos Sociais na Idade Média* também foi lecionada por Humberto Baquero Moreno e Henrique David. Ao longo de todo o ano letivo, prestou-se particular atenção à evolução económica do Ocidente dos séculos XIV e XV para, a partir da análise de determinados fenómenos (como as crises agrárias e a peste negra), se dar conta dos movimentos sociais a que deram origem ou com os quais estiveram intimamente relacionados. Entre os vários temas abordados por ambos os docentes, acham-se matérias que então se encontravam muito em voga na historiografia internacional, como a pobreza e a vagabundagem, a marginalidade, a criminalidade e o anti-semitismo na Idade Média²⁸.

Tal como acontecia antes do 25 de abril, também nestes anos a Idade Média não deixava de estar presente nos programas de outras disciplinas. Como exemplo, tome-se a cadeira de *História das Origens do Capitalismo*, lecionada por João Francisco Marques em 1977/1978, onde foram analisados os aspetos económicos das invasões germânicas e islâmicas, assim como a importância da revitalização das cidades e do desenvolvimento do comércio internacional nos últimos séculos da época medieval²⁹.

4. O ensino e a avaliação

Os livros de sumários e de termos das disciplinas de história medieval lecionadas na FLUP entre 1963 e 1978 permitem-nos abordar, em linhas gerais, o funcionamento das aulas e da avaliação dessas cadeiras.

Nos sumários são claramente distinguidos dois tipos de aulas, as teóricas e as práticas, nem sempre a cargo do mesmo docente. Esta classificação, à partida, seria suficiente para que percebêssemos que enquanto umas lições eram dedicadas à apresentação e transmissão dos conteúdos dos programas das cadeiras (as teóricas), outras serviam para que as matérias abordadas nas primeiras fossem desenvolvidas e testadas através da análise de textos, da realização de exercícios, da elaboração de trabalhos, etc. Esta percepção é confirmada pelos sumários, que nos demonstram que as aulas práticas poderiam servir para:

- a) esclarecimento de matérias analisadas nas aulas teóricas;
- b) análise de fontes e de textos historiográficos relacionados com os assuntos das aulas teóricas;
- c) elaboração de trabalhos práticos orientados;
- d) abordagem de assuntos não tratados nas aulas teóricas mas que se enquadravam no âmbito geral da cadeira³⁰;
- e) realização de debates³¹.

Apesar de os sumários não indicarem isso, também não é de excluir a hipótese de, por vezes, as aulas práticas consistirem na continuação das aulas teóricas, especialmente quando apenas um docente era responsável pela cadeira.

²⁸ Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, Movimentos Sociais na Idade Média* [1977/1978].

²⁹ Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História das Origens do Capitalismo* [1977/1978].

³⁰ Por exemplo, nas lições práticas de *História da Cultura Medieval* de 1970/1971, lecionadas por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, encontram-se aulas sobre arte medieval, assunto que não era abordado nas aulas teóricas. Cf. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Cultura Medieval* [1963/1973].

³¹ Em 1977/1978, o sumário de uma aula prática de *História Medieval de Portugal*, a cargo de José Marques, regista a realização de um "Debate com os alunos sobre a matéria exposta referente à crise do século XIV". Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Medieval de Portugal* [1977/1978].

As fontes são muito menos ricas em informações sobre o funcionamento das aulas teóricas, permitindo supor que, na maior parte dos casos, consistiriam em sessões magistrais, em que o docente dissertaria sobre a matéria sem promover grande interação com os estudantes. No pós-25 de abril, contudo, encontramos algumas inovações. Em 1977/1978, por exemplo, na cadeira de *História Medieval de Portugal*, regida por Humberto Baquero Moreno, houve três aulas teóricas dedicadas a esclarecimento de dúvidas e à revisão das matérias dadas. Mas é preciso recuar até ao primeiro ano letivo do pós-revolução (1974/1975) para encontrarmos novidades metodológicas mais acentuadas. Na mesma disciplina, ainda que com cariz semestral e com uma designação ligeiramente diferente (*História Medieval de Portugal e da Península Ibérica*), então a cargo de Aurélio de Oliveira e de José Marques, achamos um primeiro sumário que é por si só bastante esclarecedor:

“Optou-se pela abordagem dos principais temas desta cadeira em grupos de trabalho, que depois dariam conta a toda a turma dos resultados do seu trabalho e da sua pesquisa. Como introdução a toda a cadeira e a todos os temas, o professor daria nas primeiras aulas uma visão geral da matéria, de modo a que todos ficassem senhores de uma panorâmica geral – que todos serão, aliás, obrigados a possuir.

Os temas seriam de livre escolha dos grupos de comum acordo com o professor, e cobrindo, tanto quanto possível, todo o programa proposto. A avaliação, salvo disposição em contrário, far-se-ia ao longo destes trabalhos, da exposição nas aulas e da intervenção nas mesmas.”³²

Os sumários das restantes aulas confirmam que, em linhas gerais, foi cumprido o plano de ensino apresentado na lição inaugural desta cadeira: a um conjunto de aulas asseguradas pelos docentes onde foram abordados os conteúdos fundamentais da disciplina, seguiu-se uma série de sessões temáticas, protagonizadas pelos estudantes, que ao mesmo tempo que apresentavam os seus trabalhos aos professores transmitiam as matérias que estudaram aos colegas. Estas inovações pedagógicas, que valorizavam o papel dos alunos no processo de ensino e aprendizagem e promoviam o desenvolvimento da sua autonomia, refletem uma intenção de rutura com os moldes tradicionais do ensino universitário da *História* (impossível de desligar do contexto revolucionário da época), que acabaria por não ter a devida sequência nos anos letivos seguintes. Na realidade, a maioria dos sumários das diversas disciplinas de história medieval de 1974 até 1978, se dão conta de uma renovação importante ao nível dos programas, dos seus conteúdos e da bibliografia que se lhes encontrava associada, não espelham novidades pedagógicas de monta.

Ao longo de todos anos letivos, a formação dos estudantes foi complementada com a participação em visitas de estudos e em conferências com oradores externos à FLUP. Nos sumários encontram-se referências a uma viagem de estudo a Conimbriga³³ e a conferências de Hernâni Cidade e Peter Russell³⁴.

Relativamente à avaliação, o exame final escrito foi, quase sempre, o elemento fundamental de controlo dos conhecimentos dos estudantes durante toda a cronologia estudada. No entanto, nem sempre foi o único elemento de avaliação. As provas orais existiram durante este período,

³² Parte do sumário da aula de 7/01/1975. A esta descrição segue-se a apresentação geral do programa da disciplina. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Medieval de Portugal e História Medieval de Portugal e da Península Ibérica* [1974/1975].

³³ Em 14 de março de 1972, segundo o sumário dessa data de *História da Cultura Medieval*. Cf. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Cultura Medieval* [1963/1973].

³⁴ Em 6 de dezembro de 1969 e em 11 de fevereiro de 1971, respetivamente, segundo os sumários de *História da Idade Média*. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História da Idade Média* [1965-1973].

sendo obrigatórias, independentemente da nota dos exames escritos, antes do 25 de abril. Pontualmente, também integravam o processo de avaliação a realização de testes ou frequências ao longo do ano letivo e a elaboração de trabalhos escritos. Tanto quanto foi possível apurar, especialmente nos anos anteriores a 1974, não era determinado especificamente o peso dos trabalhos e da sua discussão na classificação final, apesar de serem elementos ponderados no momento da atribuição das notas.

Os livros de termos preservados no Arquivo Central da FLUP permitem-nos conhecer o número de estudantes avaliados a cada disciplina em cada ano letivo e as notas atribuídas³⁵. Dessa forma, a partir dessas fontes é possível determinar a média das classificações e a percentagem de estudantes aprovados face ao total de avaliados³⁶. Optamos por sistematizar esses dados em relação às duas disciplinas de história medieval que mais continuidade tiveram, apesar dos variados programas e designações, entre 1963 e 1978: a *História da Idade Média* e a *História Medieval de Portugal*.

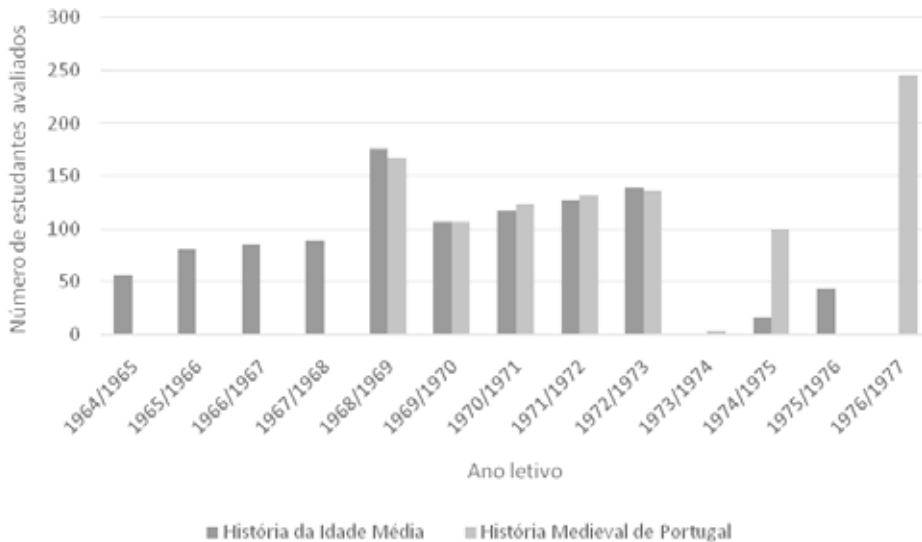


Figura 1: Número de estudantes avaliados em *História da Idade Média* e *História Medieval de Portugal*, na FLUP, entre 1964/1965 e 1976/1977³⁷.

³⁵ Como se poderá constatar mais à frente, não se preservaram os livros de termos relativos a todos os anos letivos.

³⁶ E não, note-se, face ao total de inscritos.

³⁷ Fonte: ACFLUP *Livros de Termos da Licenciatura em História*, “História Medieval de Portugal” [1969-1974, 1976/1977], “História Medieval de Portugal e da Península Ibérica” [1974/1975], “História da Idade Média” [1964-1968, 1969-1974, 1974/1975], “História da Idade Média I” e História da Idade Média II” [1975/1976].



Figura 2: Percentagem de estudantes aprovados, face ao total de avaliados, nas disciplinas de *História da Idade Média* e *História Medieval de Portugal*, na FLUP, entre 1964/1965 e 1976/1977³⁸.

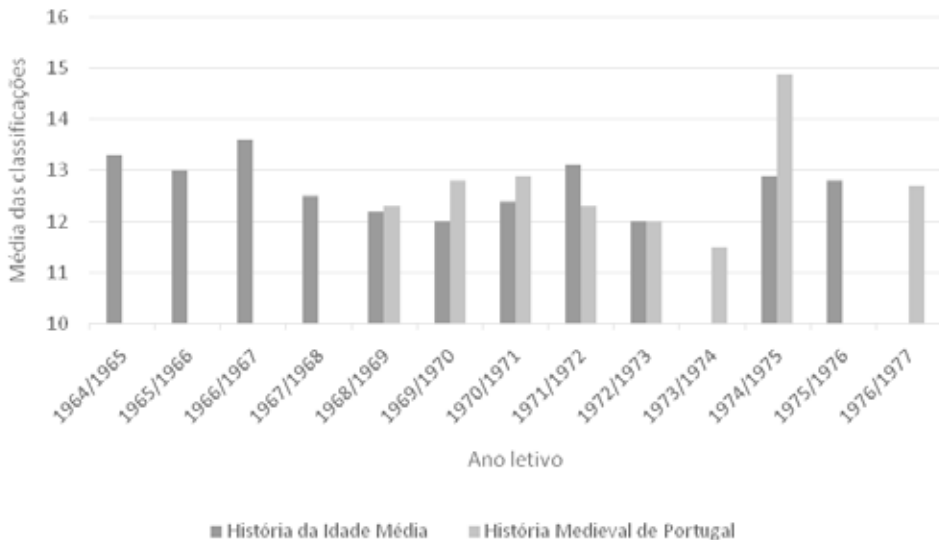


Figura 3: Média das classificações atribuídas aos estudantes aprovados nas disciplinas de *História da Idade Média* e *História Medieval de Portugal*, na FLUP, entre 1964/1965 e 1976/1977³⁹.

³⁸ Fonte: ACFLUP, *Livros de Termos da Licenciatura em História*, “História Medieval de Portugal” [1969-1974, 1976/1977], “História Medieval de Portugal e da Península Ibérica” [1974/1975], “História da Idade Média” [1964-1968, 1969-1974, 1974/1975], “História da Idade Média I” e História da Idade Média II” [1975/1976].

³⁹ Fonte: ACFLUP, *Livros de Termos da Licenciatura em História*, “História Medieval de Portugal” [1969-1974, 1976/1977], “História Medieval de Portugal e da Península Ibérica” [1974/1975], “História da Idade Média” [1964-1968, 1969-1974, 1974/1975], “História da Idade Média I” e História da Idade Média II” [1975/1976].

A leitura dos gráficos permite destacar os seguintes dados:

1. O número de estudantes avaliados tendeu a crescer da casa dos 80, nos primeiros tempos de funcionamento da FLUP, para cerca de 130 nos últimos anos do Estado Novo⁴⁰. Após o 25 de abril, os primeiros sinais de uma massificação do Ensino Superior, associados ao facto de no ano letivo de 1974/1975 não terem entrado novos alunos nas universidades, traduziram-se num aumento significativo do número de estudantes, como demonstra o facto de em 1976/1977 terem sido avaliados 245 alunos em *História Medieval de Portugal* (uma disciplina obrigatória).

2. Excluindo o muito particular ano letivo de 1973/1974, as percentagens de aprovações em ambas as disciplinas variaram entre os 65% (*História da Idade Média* em 1971/1972) e os 99% (*História Medieval de Portugal* em 1975/1976), situando-se na maior parte dos anos entre os 75% e os 85%. A percentagem de aprovações em *História Medieval de Portugal* foi mais alta do que a da *História da Idade Média* em quatro dos seis anos para os quais foi possível reunir dados relativos às duas cadeiras.

3. A média das classificações às duas disciplinas oscilou, na maioria dos anos letivos, entre os 12 e os 13 valores. A maior parte dos estudantes obtinha classificações que variavam entre os 11 e os 14 valores, sendo muito raras notas superiores a 16, especialmente antes do 25 de abril⁴¹. Tal como acontece quando se olha à percentagem de estudantes aprovados, parece haver alguma tendência para os resultados serem melhores em *História Medieval de Portugal* do que em *História da Idade Média*.

4. Em 1975/1976, a média das classificações em *História Medieval de Portugal* foi excepcionalmente elevada, atingindo os 15 valores. Nesse ano, os 101 estudantes avaliados, entre os quais apenas um reprovou, foram classificados apenas com 13 (20 alunos), 15 (69 alunos) e 18 valores (11 alunos), na sequência de instruções ministeriais para que se iniciasse uma transição de avaliações quantitativas para qualitativas. Dessa forma, em primeira instância, os estudantes aprovados foram classificados com as menções de “Satisfaz”, “Bom” e “Muito Bom”, que tinham, respetivamente, a equivalência quantitativa de 13, 15 e 18 valores.

Balanço

Entre 1963 e 1978 a Faculdade de Letras do Porto sofreu várias transformações. O quadro externo assim o determinou: como já referimos na introdução, esta cronologia abrange os últimos anos do salazarismo, a ‘Primavera Marcelista’, o 25 de abril, o PREC e o princípio da estabilização democrática; como é natural, o Ensino Superior não pôde ficar imune à sucessão dos regimes, dos governos, dos ministros. Nestes anos, a população escolar discente e docente cresceu bastante e a rede de instituições de Ensino Superior alargou-se muitíssimo. Já o quadro interno não era menos propício a mudanças: em 1962/1963 a FLUP era uma escola acabada de surgir, onde funcionavam apenas duas licenciaturas (*História e Filosofia*) e o curso de *Ciências Pedagógicas*, que tinha 427 estudantes inscritos e onde lecionavam dez professores (dos quais dois pertenciam aos quadros da Faculdade de Medicina)⁴²; em 1978, nesta Faculdade já existiam os cursos de

⁴⁰ São praticamente inexistentes os registos de avaliações para o ano letivo de 1973/1974; em *História Medieval de Portugal* apenas foram avaliados quatro estudantes extraordinários (que podiam realizar exames em qualquer altura do ano letivo), nos primeiros meses de 1974.

⁴¹ Note-se que considerando as duas disciplinas (e, como tal, 1652 avaliações) apenas encontramos um 18 antes do 25 de abril, atribuído a um futuro professor da FLUP à cadeira de *História de Portugal I*.

⁴² Cf. Armando Luís de Carvalho Homem, “Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente”, *Revista da Faculdade de Letras – História* (II série, vol. IV, 1987), 293-307, *maxime* 295-297.

Filologia Românica, Filologia Germânica e Geografia; o número de estudantes crescera de tal forma que, em 1972, a FLUP era faculdade da Universidade do Porto com mais alunos; o corpo docente também era cada vez maior e mais qualificado⁴³.

O ensino da história medieval evoluiu em função dos mencionados condicionalismos internos e externos. Em linhas gerais, pode-se apontar as seguintes transformações:

1. Até 1974, o grosso do ensino da história medieval concentra-se nas cadeiras anuais de *História da Idade Média*, *História da Cultura Medieval* e *História de Portugal I*. Após a revolução, durante o período em que os planos de estudos eram votados em cada escola, desaparece a disciplina de *Cultura Medieval* e mantêm-se as outras duas, apesar das oscilações nas designações. Em 1977/1978, no âmbito da então criada pré-especialização em *História Medieval*, surgem várias unidades curriculares desta área que, facultativamente, os alunos poderiam frequentar.

2. A evolução do corpo docente é notória. Nos primeiros anos da FLUP, grande parte das disciplinas da licenciatura em História, em geral, e da área da história medieval, em particular, era tutelada por António Cruz. Durante algum tempo, acompanharam-no na lecionação das cadeiras mencionadas alguns docentes que, por diversos motivos, acabariam por não desenvolver uma carreira académica ligada à história da Idade Média (Sérgio da Silva Pinto, que faleceu em 1970; Carlos Santos Cardoso e José Vieira de Carvalho, que deixaram o Ensino Superior; Luís António de Oliveira Ramos, que se especializou em temas de história moderna e contemporânea; Cândida Pacheco, que se dedicou ao estudo da filosofia medieval). A situação transformou-se a partir do momento em que começaram a ser contratados como assistentes alguns dos recém-formados pela escola. Durante este período, isso aconteceu com Luís Adão da Fonseca, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Armando Luís de Carvalho Homem, José Marques e Armindo de Sousa, apenas para mencionar os que prosseguiram carreira na casa no âmbito da história medieval. Após o 25 de abril, o corpo de medievistas da FLUP foi reforçado com Humberto Baquero Moreno, um recém-doutorado que lecionara durante alguns anos na Universidade de Lourenço Marques.

3. A evolução dos programas resultou, em larga medida, da evolução do corpo docente. Se nos primeiros anos se verifica que os programas das cadeiras diretamente lecionadas por António Cruz eram normalmente equilibrados e bem estruturados, o mesmo não se pode dizer em relação a outros professores. A situação transformou-se à medida que o corpo docente se foi renovando. No caso da *História da Idade Média*, por exemplo, há diferenças notórias a partir do momento em que Luís Adão da Fonseca assume a cadeira no final da década de 60: a cronologia alarga-se e a história económica ganha peso. Após o 25 de abril, já é possível encontrar nas cadeiras fundamentais de *História Medieval de Portugal* e *História da Idade Média* programas estruturados, equilibrados e assentes em bases bibliográficas atualizadas e internacionalizadas, onde o peso da historiografia francesa é esmagador.

4. Tendo em conta as fontes que privilegiámos, é mais complicado analisar as transformações no funcionamento efetivo das aulas. Ainda assim, é notório que após o 25 de abril o clima se tornou mais favorável a novas experiências pedagógicas, tendencialmente valorizadoras do papel do estudante no processo de ensino e aprendizagem. Ao que parece, estas mudanças acabariam por não vingar, o que se poderá compreender à luz do aumento exponencial do número de alunos e, conseqüentemente,

⁴³ *Ibidem*, 303.

da dimensão das turmas, que dariam pouca margem aos professores para fugirem aos moldes tradicionais do funcionamento das aulas teóricas e práticas.

Em suma, a evolução do ensino da história medieval da FLUP entre 1963 e 1978 deve ser perspetivada em função de dois conjuntos de circunstâncias fundamentais: as especificidades de uma escola nova que durante este período se forma e expande; o ambiente dos poderes que condicionam o Ensino Superior público e que é fortemente condicionado pelo 25 de abril e pelos acontecimentos que se lhe seguiram. É difícil apontar o que pesou mais, até porque ambos os fenómenos estão relacionados, mas é certo que nos últimos anos do Estado Novo já é possível detetar sinais das transformações que podem ser plenamente observadas nos alvares da democracia. No futuro, o recurso à história oral deverá permitir a confirmação e/ou revisão dos factos, interpretações e impressões avançados neste trabalho.